

4 - Processo: 58701.011535/2013-11  
Proponente: Confederação Brasileira de Rugby  
Título: Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais - M17 e M19  
Registro: 02SP067242010  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 50.380.658/0001-44  
Cidade: São Paulo UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 302.189,63  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4227 DV: 7  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 7694-5  
Período de Captação até: 25/06/2014

#### ANEXO II

1-Processo-58701.004840/2012-76  
Proponente: Associação de Judô Irineu Schmidtke  
Título: Judô - Construindo Campeões  
Valor aprovado para captação: R\$ 353.264,77  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0859 DV: 1  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42224-X  
Período de Captação até: 30/04/2015  
2-Processo-58701.002600/2011-56  
Proponente: Associação Comunidade do Atletismo  
Título: Rumo a 2016  
Valor aprovado para captação: R\$ 286.574,50  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4295 DV: 1  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 13319-1  
Período de Captação até: 31/03/2015  
3-Processo-58701.000159/2012-59  
Proponente: Associação Ícaro Marcolin  
Título: Projeto Instituto Ícaro Educacional  
Valor aprovado para captação: R\$ 653.404,88  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3390 DV: 1  
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30357-7  
Período de Captação até: 03/04/2015.

#### RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.007431/2013-11  
No Diário Oficial da União nº 231, de 28 de novembro de 2013, na Seção 1, página 112 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 535/2013, ANEXO I, onde se lê: Processo: 580701.007432/2013-11 leia-se: Processo: 58701.007431/2013-11.

Processo Nº 58701.007794/2013-48  
No Diário Oficial da União nº 73, de 16 de abril de 2014, na Seção 1, página 215 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 586/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 620.202,79, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 621.538,51.

### AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA DIRETORIA EXECUTIVA

#### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2014

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso XIV do Art. 24 do Estatuto da Autoridade Pública-APO, por deliberação unânime, em Reunião Extraordinária 01/2014 de 09 de janeiro de 2014, resolve:

Submeter, a Procuradoria Geral da APO a proposta de alteração do Estatuto APO, para análise dos aspectos jurídicos, com vistas ao seu encaminhamento para apreciação do Conselho Público Olímpico, após a manifestação do Conselho de Governança da APO.

RAIMUNDO CÉLIO AUGUSTO MACÊDO  
Diretor Executivo  
Substituto

#### RESOLUÇÃO Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso XIV do Art. 24 do Estatuto da Autoridade Pública-APO, por deliberação unânime, em Reunião Extraordinária 02/2014 de 06 de fevereiro de 2014, resolve:

Encaminhar, a minuta com as alterações propostas no Estatuto da APO, para manifestação preliminar do Conselho de Governança e posterior encaminhamento para apreciação do Conselho Público Olímpico.

RAIMUNDO CÉLIO AUGUSTO MACÊDO  
Diretor Executivo  
Substituto

## Ministério do Meio Ambiente

### GABINETE DA MINISTRA

#### PORTARIA Nº 153, DE 2 DE MAIO DE 2014

Institui o Grupo de Trabalho para propor escopo para um Sistema Ambiental de Uso da Biodiversidade Aquática e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 6.938, 31 de agosto de 1981, 7.735, de 22 de agosto de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, nos Decretos nºs 4.339, de 22 de agosto de 2002 e 6.101, de 26 de abril de 2007, na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e o que consta no Processo nº 02000.000842/2014-09, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho-GT de caráter consultivo, com a finalidade de definir o escopo do Sistema Ambiental sobre o uso da Biodiversidade Aquática e propor minuta de instrumento normativo, conforme atribuições definidas no Art. 2º desta Portaria.

Art. 2º O Grupo terá as seguintes atribuições:  
I - propor diretrizes e critérios ambientais para o uso da biodiversidade aquática;

II - avaliar as características, amplitude e benefícios da constituição de um Sistema Ambiental de Uso da Biodiversidade Aquática;

III - propor, a partir das atribuições e competências do Ministério do Meio Ambiente e suas vinculadas, os fluxos e procedimentos administrativos para desempenhar os papéis definidos para o Sistema Ambiental sobre a Biodiversidade Aquática; e

IV - propor minuta de instrumento normativo para definir o escopo do Sistema Ambiental sobre o uso da Biodiversidade Aquática;

Art. 3º O GT será composto por um representante titular e um suplente, de cada uma das Unidades dos órgãos a seguir indicados:

I - Ministério do Meio Ambiente:

a) Secretaria de Biodiversidade e Florestas, que o coordenará;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA:

a) Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas-DBFLO;

b) Diretoria de Proteção Ambiental-DIPRO;

III - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes:

a) Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade-DIBIO; e

b) Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação-DISAT.

Art. 4º Os representantes titulares e suplentes de que trata o art. 3º serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

Art. 5º O coordenador do GT poderá convidar representantes de outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, de entidades privadas, de organizações da sociedade civil e pessoas de notório saber para contribuírem na execução dos seus trabalhos, desde que previamente aprovado pela maioria dos integrantes do GT.

Art. 6º Eventuais despesas com diárias e passagens para convidados correrão à conta dos órgãos constantes do art. 3º desta Portaria, obedecida a legislação de regência dos diferentes vínculos pessoais.

Art. 7º O GT terá o prazo de 90 (noventa) dias prorrogável por igual período, após sua instalação, para propor minuta de instrumento normativo definindo o escopo do Sistema, bem como as diretrizes, características, fluxos e procedimentos administrativos a serem adotados pelo Ministério do Meio Ambiente e suas vinculadas nas questões relacionadas com a biodiversidade aquática.

Art. 8º A participação no GT não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 9º O GT será automaticamente extinto com a conclusão das atividades previstas nas suas atribuições.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

#### PORTARIA Nº 154, DE 2 DE MAIO DE 2014

Estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e constitui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da competência estabelecida no art. 87 da Constituição Federal e considerando o disposto no art. 25 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Instituir a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente - MMA, que estabeleça as diretrizes, critérios e suporte administrativo e define o tratamento que deve ser dado às informações produzidas, processadas ou transmitidas e armazenadas no ambiente convencional ou de tecnologia deste Ministério.

Art. 2º Instituir, no âmbito do MMA:

I- Gestor de Segurança da Informação e Comunicações - GSIC; e

II- Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC.

Art. 3º A Política de Segurança da Informação e Comunicações tem por objetivo estabelecer as diretrizes para o tratamento que deve ser dado às informações produzidas, processadas ou transmitidas e armazenadas no ambiente convencional ou no ambiente de tecnologia da informação do MMA.

Parágrafo único. A POSIC abrange os servidores, estagiários, colaboradores, consultores externos e demais agentes públicos ou particulares que, por força de convênios, protocolos, acordos de cooperação e instrumentos congêneres, executem atividades vinculadas ao MMA.

Art. 4º Para fins da presente Portaria, entende-se por:

I- Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC: grupo de servidores com a responsabilidade de assessorar a implementação das ações de segurança da informação e comunicações no âmbito do MMA;

II- Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais - ETIR: grupo de pessoas com a responsabilidade de receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em computadores;

III- Gestor de Segurança da Informação e Comunicações: é responsável pelas ações de segurança da informação e comunicações no âmbito do MMA;

IV- Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC: documento aprovado pela autoridade responsável do MMA, com o objetivo de fornecer diretrizes, critérios e suporte administrativo suficientes à implementação da segurança da informação e comunicações;

V- Autenticidade: propriedade de que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por determinada pessoa física, ou por determinado sistema, órgão ou entidade;

VI- Confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada à pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizado e credenciado;

VII- Criticidade: grau de importância da informação para a continuidade dos negócios do MMA e suas entidades vinculadas, diretamente associada ao nível de disponibilidade e integridade da informação;

VIII- Disponibilidade: propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade; e

IX- Integridade: propriedade de que a informação não foi modificada, inclusive quanto à origem e ao destino, ou destruída.

Art. 5º As ações de Segurança da Informação e Comunicações do MMA deverão observar os seguintes requisitos legais e normativos:

I- Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, que institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

II- Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para o credenciamento de segurança e tratamento da informação classificada em qualquer grau de sigilo e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

III- Instrução Normativa nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional, de 13 de junho de 2008; e

IV- Norma Complementar nº 03 do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional, de 30 de junho de 2009.

Art. 6º As ações relacionadas com a Segurança da Informação e Comunicações no MMA são norteadas pelos seguintes princípios:

I- responsabilidade: todos mencionados no art. 3º, parágrafo único, são responsáveis pelo tratamento da informação e pelo cumprimento das normas de segurança da informação e comunicações;

II- conhecimento: os servidores, os colaboradores, os consultores externos, os estagiários e os prestadores de serviço no MMA tomarão ciência de todas as normas de segurança da informação e comunicações, para o pleno desempenho de suas atribuições;

III- legalidade: as ações de segurança da informação e comunicações levarão em consideração as leis, normas e as políticas organizacionais, administrativas, técnicas e operacionais do MMA, formalmente estabelecidas;

IV- proporcionalidade: o nível, a complexidade e os custos das ações de segurança da informação e comunicações no MMA serão adequados ao entendimento administrativo e ao valor do ativo a proteger; e

V- proatividade: todas as unidades do MMA devem manter processo de gestão de continuidade das suas atividades e serviços, evitando a interrupção em caso de incidente de segurança, ou devido a caso fortuito ou de força maior, e assegurar a sua retomada em tempo hábil, quando for o caso.

Art. 7º. Os servidores, colaboradores, consultores externos, estagiários e prestadores de serviço no MMA, devem observar que:

I- a segurança é direcionada contra ameaças - naturais, acidentais ou intencionais - de destruição, modificação ou divulgação indevida das informações e para o impedimento de fraudes;

II- os procedimentos relacionados à segurança física dos ativos informacionais, ambiente físico da instituição, ambiente lógico, acesso, transmissão, guarda e descarte de documentos, e à gestão de riscos, incidentes e continuidade do negócio deverão ser normatizados pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do MMA, em articulação com as unidades administrativas competentes e sob orientação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA.

III- a informação é um patrimônio do órgão responsável pela sua produção e o seu acesso não configura direito sobre as mesmas, assim como não confere autoridade para liberar o acesso a outros. A mesma deve ser protegida no acesso, tráfego, uso, armazenamento e descarte, de acordo com sua classificação em graus de sigilo e criticidade;

IV- as ações para garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, dos serviços, dos sistemas de informação e dos recursos computacionais devem considerar os critérios relativos à gestão de riscos e à gestão de continuidade dos negócios;

V- o recebimento e a instalação de recursos computacionais, especialmente os softwares homologados, devem ser realizados pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática - CGTI, sendo vedada a utilização de software não homologado;

VI- as condições e termos de licenciamento de software e os direitos de propriedade intelectual devem ser respeitados;

VII- o nível, a complexidade e os custos das ações de segurança da informação e comunicações no MMA serão adequados ao entendimento administrativo e ao valor do ativo a proteger;